



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

007. PROVA OBJETIVA

GUARDA MUNICIPAL FEMININO NÍVEL 1 (3ª CLASSE – GRAU A)
(CÓD. 007)

GUARDA MUNICIPAL MASCULINO NÍVEL 1 (3ª CLASSE – GRAU A)
(CÓD. 008)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Considere os quadrinhos para responder às questões de números **01** a **03**.



(Mort Walker. Recruta Zero. *O Estado de S. Paulo*. 28.06.2019. <https://cultura.estadao.com.br>)

- 01.** Da leitura do 1º quadrinho, entende-se que Dona Tetê interpreta a fala do General Dureza como sendo
- (A) populista.
 - (B) elitista.
 - (C) progressista.
 - (D) conformista.
 - (E) machista.
- 02.** Na fala do General Dureza no 2º quadrinho, o vocábulo **então** exprime ideia de
- (A) concessão.
 - (B) causa.
 - (C) conclusão.
 - (D) conformidade.
 - (E) finalidade.

- 03.** As formas do verbo **achar** na fala de Dona Tetê no 1º quadrinho (**acha**) e na fala do General Dureza no 2º quadrinho (**acho**) veiculam, respectivamente, sentidos de
- (A) certeza e reprovação.
 - (B) dúvida e aprovação.
 - (C) constatação e recomendação.
 - (D) julgamento e decisão.
 - (E) vontade e avaliação.

Leia o texto para responder às questões de números **04** a **09**.

Emojis estão confundindo juízes sobre intenções dos réus nos EUA

Enviar um *emoji* de faca ou arma constitui ameaça? E corações e rostinhos se beijando significam assédio? Mais *emoticons** estão aparecendo em processos judiciais e, embora o contexto em que foram utilizados diga muito sobre as intenções (e atos) de quem está por trás das mensagens, a justiça está pensando para lidar com a nova forma de comunicação.

Em uma reportagem sobre o assunto, a CNN revelou que juízes dos Estados Unidos têm se confundido com a utilização dos símbolos. O número de casos com mensagens de texto contendo *emojis* foi de 33 em 2017 para 53 em 2018, e quase 50 casos apenas no primeiro semestre de 2019.

Como conta Eric Goldman, professor de Direito na Universidade de Santa Clara, na Califórnia, não há diretrizes judiciais sobre como abordar o tópico. Às vezes, um juiz pode descrever o *emoji* em questão para os jurados, em vez de permitir que eles o vejam e interpretem por si mesmos, ou até omiti-los de todas as evidências.

Outra questão relevante é que, embora *emojis* sejam comumente usados para trazer leveza às conversas (e os tribunais reconheçam o humor das “carinhas”), não é novidade para juízes que acusados tentem disfarçar ameaças dizendo que “estavam apenas brincando”. Por isso, a justiça está se tornando cada vez mais **cética** sobre essa defesa em casos criminais, já que o destinatário não tem como saber precisamente se o *emoticon* foi enviado com o **intuito** de ser engraçado.

“Há muita coisa que poderia se perder na tradução. Foi uma piada? Ou era sério? Ou a pessoa estava apenas usando o *emoji* para se proteger, para depois argumentar que não era sério?”, questionou Karen S. Elliott, advogada que já trabalhou em casos do tipo. Para a profissional é essencial desenvolver estudos sobre o assunto e exigir que advogados, juízes e juristas obtenham a representação exata do que foi enviado e recebido em mensagens trocadas: “As palavras podem não descrever adequadamente o significado preciso dos *emojis*”.

(*Galileu*. 12.07.2019. <https://revistagalileu.globo.com>. Adaptado)

* *Emojis* e *emoticons* são imagens usadas na comunicação em redes sociais e mensagens instantâneas para expressar emoção, atitude ou estado de espírito.

04. O assunto central do texto diz respeito à
- (A) frequência com que as pessoas se comunicam por *emojis* na rotina do trabalho.
 - (B) recorrência da presença de *emojis* em textos trocados entre juízes nos EUA.
 - (C) maneira como o uso excessivo de *emojis* prejudica o diálogo nas redes sociais.
 - (D) estratégia de criminosos que usam *emojis* para ocultar sua identidade na internet.
 - (E) dificuldade de juízes estadunidenses em lidar com *emojis* em processos judiciais.
05. Uma leitura adequada do texto permite concluir que os *emojis*
- (A) estão inviabilizando o diálogo por mensagens instantâneas.
 - (B) têm demandado uma atenção crescente da justiça dos EUA.
 - (C) tendem a desmascarar intenções criminosas em mensagens.
 - (D) possuem uma significação sem paralelo com a linguagem verbal.
 - (E) são um código muito novo, que não deve adentrar os tribunais.
06. Os vocábulos **cética** e **intuito**, em destaque no 4º parágrafo, estão empregados, respectivamente, com os sentidos de
- (A) especializada e intento.
 - (B) desconfiada e propósito.
 - (C) desafiada e acaso.
 - (D) falível e cuidado.
 - (E) inconformada e despeito.
07. Os trechos do texto cujas mensagens se equivalem no contexto estão separados por barras em:
- (A) Há muita coisa que poderia se perder na tradução. // As palavras podem não descrever adequadamente o significado preciso dos *emojis*... (5º parágrafo)
 - (B) ... a CNN revelou que juízes dos Estados Unidos têm se confundido com a utilização dos símbolos. // O número de casos com mensagens de texto contendo *emojis* foi de 33 em 2017 para 53 em 2018... (2º parágrafo)
 - (C) ... um juiz pode descrever o *emoji* em questão para os jurados... // ... permitir que eles o vejam e interpretem por si mesmos... (3º parágrafo)
 - (D) ... *emojis* sejam comumente usados para trazer leveza às conversas // não é novidade para juízes que acusados tentem disfarçar ameaças... (4º parágrafo)
 - (E) Mais *emoticons* estão aparecendo em processos judiciais... // ... o contexto em que foram utilizados diga muito sobre as intenções (e atos) de quem está por trás das mensagens... (1º parágrafo)
08. Está correto, conforme a norma-padrão da língua, o seguinte trecho do texto, ao qual foi acrescida uma vírgula:
- (A) Para a profissional, é essencial desenvolver estudos sobre o assunto... (5º parágrafo)
 - (B) ... a CNN revelou que juízes dos Estados Unidos, têm se confundido com a utilização dos símbolos. (2º parágrafo)
 - (C) ... não é novidade para juízes que acusados tentem disfarçar ameaças dizendo, que “estavam apenas brincando”. (4º parágrafo)
 - (D) Ou a pessoa estava apenas, usando o *emoji* para se proteger... (5º parágrafo)
 - (E) ... a justiça está penando para lidar, com a nova forma de comunicação. (1º parágrafo)
09. Assinale a alternativa em que o trecho do texto está reescrito em conformidade com a norma-padrão da língua, com a expressão destacada em negrito flexionada no plural.
- (A) Enviar **um emoji** de faca ou arma constitui ameaça? (1º parágrafo)
Enviar uns *emojis* de faca ou arma constituem ameaça?
 - (B) Há muita coisa que poderia se perder **na tradução**. (5º parágrafo)
Há muita coisa que poderia se perderem nas traduções.
 - (C) ... **a justiça** está penando para lidar com a nova forma de comunicação. (1º parágrafo)
... as justiças está penando para lidarem com a nova forma de comunicação.
 - (D) ... a pessoa estava apenas usando **o emoji** para se proteger... (5º parágrafo)
... a pessoa estava apenas usando os *emojis* para se protegerem...
 - (E) ... embora **o contexto** em que foram utilizados diga muito sobre as intenções... (1º parágrafo)
... embora os contextos em que foram utilizados digam muito sobre as intenções...

Puxa-puxa

O que há de errado nas novelas de TV é que os amores, os ciúmes, os ódios, os sentimentos são muito compridos... esticados que nem puxa-puxa*... quando na vida real não há tempo para isso — mas é por isso mesmo que os espectadores as adoram.

(Mario Quintana. *A vaca e o hipogrifo*.
Rio de Janeiro, Objetiva, 2012, p. 235)

* Doce ou bala com consistência grudenta, elástica.

10. De acordo com o texto, os espectadores adoram as novelas porque elas

- (A) conferem maior intensidade aos sentimentos da vida real, tornando-os mais autênticos e duradouros.
- (B) criam universos implausíveis, com sentimentos alheios à experiência humana e, portanto, não reconhecíveis.
- (C) permitem provar, ainda que na fantasia, experiências de um modo que não seria possível na vida real.
- (D) dão às pessoas a oportunidade de ver representados seus sentimentos de maneira objetiva e racional.
- (E) constituem narrativas em que os sentimentos nobres ganham relevo sobre os moralmente condenáveis.

11. Considerando as regras de regência verbal segundo a norma-padrão da língua, a construção destacada em "... os espectadores **as adoram**" pode ser corretamente substituída por:

- (A) as são favoráveis.
- (B) lhes consideram interessantes.
- (C) as conferem importância.
- (D) lhes dão tanta atenção.
- (E) lhes veem com frequência.

12. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas da frase.

O autor compara _____ novelas _____ um puxa-puxa.

- (A) às ... a
- (B) as ... a
- (C) as ... à
- (D) a ... à
- (E) à ... a

13. Pedro ganhou uma certa quantia de sua mãe. Ele gastou 20% dessa quantia em roupas e R\$ 300,00 em jogos, de maneira que sobrou R\$ 182,00. A quantia gasta em roupas foi

- (A) R\$ 120,50.
- (B) R\$ 110,00.
- (C) R\$ 100,50.
- (D) R\$ 130,00.
- (E) R\$ 140,50.

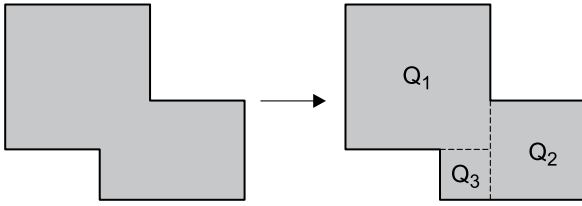
14. No sábado, em um armazém, estavam guardadas 8 caixas de madeira para cada 11 caixas plásticas. No domingo, foram guardadas, nesse armazém, mais 71 caixas plásticas e mais N caixas de madeira, e a razão entre o número de caixas de madeira e o número de caixas plásticas passou a ser de 13 para 14. Se, no domingo, o total de caixas (de madeira e plásticas) no armazém era igual a 2 322, então o valor de N é

- (A) 252.
- (B) 212.
- (C) 270.
- (D) 234.
- (E) 294.

15. Paulo vendeu dois terços de suas revistas, deu 39 revistas para cada um de seus 8 sobrinhos e, ainda, ficou com um número de revistas igual a um doze avos do que ele tinha inicialmente, ou seja, ainda ficou com um número de revistas igual a

- (A) 143.
- (B) 182.
- (C) 104.
- (D) 221.
- (E) 260.

16. Um octógono pode ser dividido em 3 quadrados, Q_1 , Q_2 e Q_3 , de áreas 121 cm^2 , 25 cm^2 e 9 cm^2 , respectivamente, conforme mostra a figura.



(figura fora de escala)

O perímetro desse octógono, em cm, é

- (A) 56.
 (B) 66.
 (C) 72.
 (D) 60.
 (E) 76.
17. Na sequência $1, 0, 1, 2, 0, 0, 2, 3, 0, 0, 0, 3, 4, 0, 0, 0, 4, \dots$, o algarismo zero pode aparecer como um termo, como acontece com o 2º termo dessa sequência, ou pode aparecer como um dos algarismos de um termo, como acontece com o termo 102. A posição em que o termo 1001 aparece pela primeira vez é
- (A) 502501.
 (B) 501001.
 (C) 500001.
 (D) 503001.
 (E) 504501.
18. Em uma ilha, ou os nativos pertencem à tribo dos mentirosos (sempre mentem) ou pertencem à tribo dos honestos (sempre dizem a verdade). Caminhando pela ilha, encontrei 5 nativos e soube por uma pessoa da tribo dos honestos que seus nomes eram *Akin*, *Babu*, *Garai*, *Kumi* e *Simba*. Eles se apresentaram da seguinte maneira:

Akin: bem-vindo, *Kumi* e *Simba* são da minha tribo.

Babu: bem-vindo, amanhã é feriado.

Garai: bem-vindo, *Akin* é da minha tribo.

Kumi: bem-vindo, não temos feriados nessa ilha.

Simba: bem-vindo, *Garai* é mentiroso.

Entre esses cinco nativos, dois são mentirosos e seus nomes são:

- (A) *Akin* e *Babu*.
 (B) *Akin* e *Simba*.
 (C) *Akin* e *Kumi*.
 (D) *Babu* e *Garai*.
 (E) *Babu* e *Kumi*.

LEGISLAÇÃO

19. Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que a casa é o asilo inviolável do indivíduo, e ninguém nela poderá penetrar

- (A) sem o consentimento do proprietário, salvo, entre outros casos, por determinação judicial, em qualquer período do dia ou da noite.
- (B) sem o consentimento do morador, salvo, entre outros casos, na hipótese de flagrante delito.
- (C) com ou sem o consentimento do morador, havendo sempre necessidade de autorização do proprietário.
- (D) sem o consentimento do morador, salvo, entre outros casos, acompanhado do Delegado de Polícia.
- (E) sem o consentimento do morador, salvo, entre outros casos, durante a noite com determinação judicial.

20. Com relação aos direitos sociais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa que contenha corretamente um direito dos trabalhadores urbanos e rurais.

- (A) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (B) Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa e culposa.
- (C) Remuneração do trabalho noturno em dobro em relação ao diurno.
- (D) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados e domingos.
- (E) Garantia de salário, nunca inferior ao dobro mínimo, para os que percebem remuneração variável.

21. Nos termos da Constituição Federal, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa

- (A) exclusiva dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos inerentes apenas à previdência.
- (B) público-privada, destinadas a assegurar os direitos e obrigações relativos à família, à previdência e às liberdades individuais.
- (C) dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- (D) exclusiva dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- (E) dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à previdência, ao esporte e à família.

22. Considerando o previsto na Constituição Federal – Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso –, é correto afirmar que

- (A) a adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, sendo terminantemente vedada a sua efetivação por parte de estrangeiros.
- (B) a família, a sociedade e o Estado têm o direito de amparar as pessoas idosas, acima dos 65 (sessenta e cinco) anos, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes os deveres diários da vida.
- (C) a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado, e o casamento civil não poderá ser dissolvido pelo divórcio.
- (D) o direito à proteção especial não abrangerá a garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola.
- (E) o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

23. Considere o seguinte caso hipotético:

“X”, servidor público de Campinas, em razão do cometimento de falta grave, foi punido com 120 (cento e vinte) dias de suspensão, sendo a pena disciplinar imposta pelo Prefeito Municipal.

Nos termos do Estatuto do Servidor Público de Campinas, Lei Municipal nº 1.399/55, é correto afirmar que a punição está

- (A) incorreta, pois o Prefeito Municipal é autoridade competente para impor a suspensão somente nos casos de falta gravíssima.
- (B) incorreta, pois a autoridade competente para aplicar a pena de suspensão acima de 90 (noventa) dias é o Diretor do Departamento.
- (C) correta, pois compete ao Prefeito Municipal, com exclusividade, impor suspensão acima de 90 (noventa) dias.
- (D) incorreta, pois a pena de suspensão não poderá exceder a 90 (noventa) dias, mesmo na hipótese de falta grave ou reincidência.
- (E) incorreta, pois a autoridade competente para aplicar a pena de suspensão acima de 90 (noventa) dias é o Inspetor Fiscal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

24. Com relação ao Programa de Avaliação Probatória do Servidor previsto no Decreto Municipal nº 15.514/06, é correto afirmar que

- (A) a Comissão Permanente de Avaliação Probatória, com base nas avaliações probatórias, elaborará parecer no qual recomendará a aquisição ou não de estabilidade no cargo.
- (B) a avaliação probatória será realizada através de instrumento de avaliação elaborado pela Ouvidoria Geral do Município.
- (C) no programa de avaliação probatória gerido pelo Gabinete da Prefeitura Municipal, as ações deverão ser articuladas com o planejamento institucional, sempre visando à estabilidade do servidor.
- (D) a avaliação probatória será realizada bimestralmente, durante os primeiros 6 (seis) meses de efetivo exercício do servidor estagiário, ressalvadas as hipóteses de suspensão previstas na legislação.
- (E) será permitido ao servidor em estágio probatório a licença para estudo ou missão de qualquer natureza.

25. Prática de costumes e valores locais e temporais. Está ligada a hábitos sociais micro (pessoais, familiares e religiosos) e macro (culturais, regionais e sociais).

Nos termos do Manual de Ética da Prefeitura Municipal de Campinas, esse é o conceito de

- (A) código de conduta constitutivo.
- (B) ética.
- (C) moral.
- (D) código de conduta imperativo.
- (E) dever do servidor.

26. A Região Metropolitana de Campinas foi criada em 2000 e é formada por 20 municípios. Desse total, dois municípios apresentam características peculiares: um deles por comportar a maior refinaria em capacidade de processamento de petróleo do país; e outro por abrigar um dos maiores parques temáticos da América Latina.

Esses municípios, respectivamente, são:

- (A) Itatiba e Morungaba.
- (B) Nova Odessa e Cosmópolis.
- (C) Sumaré e Santa Bárbara d'Oeste.
- (D) Paulínia e Pedreira.
- (E) Paulínia e Vinhedo.

27. Tendo como referência o município de Campinas, indique, sequencialmente, um município limítrofe situado ao norte e outro ao sul.

- (A) Morungaba e Arthur Nogueira.
- (B) Jaguariúna e Indaiatuba.
- (C) Monte Mor e Santa Bárbara d'Oeste.
- (D) Americana e Nova Odessa.
- (E) Jaguariúna e Pedreira.

28. A formação da cidade de Campinas remonta ao início do século XVIII, época em que o local era

- (A) um entreposto de abastecimento da rota do Charque que partia das margens do rio Pelotas no Rio Grande do Sul com destino às minas de ouro em Minas Gerais.
- (B) uma passagem obrigatória dos tropeiros que partiam do planalto de Ponta Grossa com destino às minas de ouro e diamante em Minas Gerais.
- (C) um pouso na rota São Paulo-Goiás e São Paulo-Mato Grosso, para entradas e bandeiras, e depois para mascates, tropeiros, comerciantes e soldados.
- (D) um destino final dos produtos de origem portuguesa que contavam, nessa época, com mercado consumidor em expansão.
- (E) uma rota da frente pioneira da cafeicultura paulista com destino às terras do oeste do estado e do norte do Paraná.

- 29.** Assinale a alternativa que está em conformidade com a Lei Federal nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais).
- (A) O compromisso com a evolução social da comunidade é um dos princípios mínimos de atuação das guardas municipais.
 - (B) Os cargos em comissão das guardas municipais poderão ser providos por servidores públicos não pertencentes ao quadro de carreira da entidade.
 - (C) Incumbe às guardas municipais, instituições de caráter civil, as funções de proteção municipal preventiva, repressiva e investigativa.
 - (D) A guarda civil municipal, uniformizada e armada, é subordinada ao Comando da Polícia Militar do respectivo Estado.
 - (E) A estrutura hierárquica da guarda municipal deverá utilizar denominação idêntica à das forças militares, quanto aos postos e graduações.
- 30.** De acordo com a Lei Federal nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), que estabelece os requisitos básicos para investidura em cargo público na guarda municipal, estará impedida de ingressar na carreira a pessoa
- (A) que tiver apenas 19 anos de idade.
 - (B) que não tiver nacionalidade brasileira.
 - (C) sem curso superior.
 - (D) que tiver débitos cobrados na Justiça.
 - (E) filiada a algum partido político.
- 31.** O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe, expressamente, que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar, entre outros, os casos de
- (A) violência contra o corpo docente.
 - (B) reclamações quanto à qualidade do ensino.
 - (C) comportamentos inadequados.
 - (D) fraco desempenho escolar.
 - (E) elevados níveis de repetência.
- 32.** Aristarco tinha 17 anos de idade e praticou uma conduta descrita como crime no Código Penal. Mas a Polícia, após um período de investigações, veio a detê-lo por conta do referido delito somente quando ele já havia completado 18 anos de idade. Nessa situação hipotética, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que Aristarco
- (A) terá que ser libertado imediatamente pelo juiz, uma vez que somente poderia ter sido detido antes de atingir a maioridade.
 - (B) não poderá sofrer qualquer punição, uma vez que o crime prescreveu quando atingiu a maioridade.
 - (C) era inimputável à época do fato criminoso e não será punido pelo Estatuto na referida hipótese.
 - (D) ficará sujeito às medidas previstas no Estatuto pelo ato cometido, pois é considerada a sua idade à data do fato.
 - (E) ficará sujeito às penas previstas no Código Penal pelo ato que cometeu, uma vez que foi preso quando já era maior de idade.
- 33.** O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura, entre outras, a seguinte garantia processual ao adolescente:
- (A) terá o direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.
 - (B) terá direito a um advogado, mas poderá dispensá-lo quando decidir fazer acordo com o Promotor de Justiça.
 - (C) em nenhum momento poderá confrontar-se com vítimas e testemunhas de acusação no processo judicial.
 - (D) nenhum adolescente será preso sem ordem escrita do Juiz ou do Delegado de Polícia.
 - (E) não poderá ser apreendido pelo simples cometimento de ato infracional, somente podendo ser preso em flagrante delito.
- 34.** O Estatuto do Idoso estabelece que é vedado exigir o comparecimento do idoso enfermo perante os órgãos públicos. No entanto, quando de interesse do próprio idoso, será admitido o seguinte procedimento:
- (A) o órgão público deverá aceitar qualquer tipo de prova de vida do idoso.
 - (B) o agente promoverá o contato necessário com o idoso em sua residência.
 - (C) o idoso se fará representar por procurador legalmente constituído.
 - (D) o órgão público deverá pagar as despesas de transporte especial para o idoso.
 - (E) bastará ao idoso fazer requerimento escrito para ser dispensado do comparecimento.

- 35.** Segundo o Estatuto do Idoso, na parte que trata da Apuração Judicial de Irregularidades em Entidade de Atendimento, havendo motivo grave, a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, poderá tomar as medidas que julgar adequadas, para evitar lesão aos direitos do idoso, mediante decisão fundamentada, e, conforme previsto expressamente no Estatuto, decretar liminarmente
- (A) o afastamento provisório do dirigente da entidade.
 - (B) o fechamento por tempo indeterminado da entidade.
 - (C) o fechamento por até 30 (trinta) dias da entidade.
 - (D) a prisão do dirigente da entidade.
 - (E) multa a ser aplicada à entidade em favor dos idosos prejudicados.
- 36.** Nos termos do Estatuto do Idoso, deixar de prestar assistência ao idoso, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, é um crime sujeito à pena de detenção e multa. Nesse sentido, é correto afirmar, nesse caso, que
- (A) o agente fica isento da pena, se da omissão não resultar lesão corporal grave ou morte.
 - (B) a pena é aumentada da metade, se da omissão resultar lesão corporal de natureza grave.
 - (C) a pena é aumentada da metade, se da omissão resultar a morte.
 - (D) não há aumento de pena em qualquer hipótese.
 - (E) a pena é aumentada em dois terços, se da omissão resultar morte.
- 37.** Segundo o Código Penal, quando o crime de homicídio é culposo,
- (A) a pena prevista é maior do que a do homicídio doloso.
 - (B) não será admitido agravante de aumento de pena.
 - (C) o agente ficará, necessariamente, sujeito à pena de reclusão.
 - (D) o agente poderá ficar isento de pena se agir para compensar os familiares da vítima.
 - (E) o juiz poderá deixar de aplicar a pena em hipótese determinada.
- 38.** O crime de subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, mediante concurso de duas ou mais pessoas, é tipificado pelo Código Penal como
- (A) roubo qualificado.
 - (B) furto qualificado.
 - (C) estelionato.
 - (D) furto simples.
 - (E) roubo simples.
- 39.** Segundo prevê o Código Penal, o funcionário comete um crime de concussão quando
- (A) apropria-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou o desvia, em proveito próprio ou alheio.
 - (B) extravia livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonega-o ou inutiliza-o, total ou parcialmente.
 - (C) exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
 - (D) constrange alguém, mediante violência ou grave ameaça, a não fazer o que a lei permite ou a fazer o que ela não manda.
 - (E) dá às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- 40.** Afrodite é funcionária pública, mas, atualmente ocupa um cargo em comissão. No exercício desse cargo, Afrodite comete um crime contra a Administração Pública. Nessa hipótese, portanto, o Código Penal dispõe que Afrodite
- (A) ficará isenta de pena por estar afastada do seu cargo público de origem.
 - (B) será punida com a mesma pena aplicada ao seu superior que a nomeou para o cargo.
 - (C) terá reduzida a sua pena por ocupar cargo provisório e de confiança.
 - (D) ficará sujeita a ter sua pena aumentada da terça parte.
 - (E) não poderá ter a sua pena alterada pelo simples fato de ocupar cargo em comissão.

41. Conforme dispõe a Lei Maria da Penha, a conduta que configure calúnia, difamação ou injúria contra a mulher deve ser entendida como violência
- (A) implícita.
 - (B) mental.
 - (C) moral.
 - (D) legal.
 - (E) psicológica.
42. Nos termos do que reza a Lei Maria da Penha, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, é vedada, expressamente, a aplicação, entre outras, de penas
- (A) de cesta básica.
 - (B) de privação de liberdade.
 - (C) de prestação e serviços à comunidade.
 - (D) de detenção.
 - (E) de reclusão.
43. A respeito das medidas protetivas de urgência, a Lei Maria da Penha estabelece que
- (A) somente o Ministério Público poderá concedê-las.
 - (B) a ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.
 - (C) uma vez concedidas, não poderão ser substituídas por outras.
 - (D) para serem concedidas, elas dependem de requerimento da ofendida.
 - (E) não poderão ser aplicadas cumulativamente.
44. Assinale a alternativa que está em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- (A) Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, sendo, porém, vedado o direito de mudar de nacionalidade.
 - (B) O direito de procurar e de gozar asilo em outros países não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum.
 - (C) Todo ser humano tem direito a receber do poder público remédio contra a violação de direitos fundamentais ainda que não reconhecidos pela Constituição ou pela lei.
 - (D) O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes, exceto quando houver livre consento entre os pais destes.
 - (E) Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica, inclusive para fins paramilitares.
45. A Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo recebeu denúncia por meio do seu "site" na *Internet*, por parte de Danúbio, que presenciou um ato de discriminação racial cometido contra Apolo. Segundo o disposto na Lei Estadual nº 14.187/2010 (Lei contra a Discriminação Racial), nessa hipótese, é correto afirmar que a denúncia de Danúbio
- (A) será recebida, e a Secretaria deve transmitir a notícia à autoridade policial competente, para elucidação, quando o fato descrito caracterizar infração penal.
 - (B) não poderá ser aceita porque feita por terceiro que não foi vítima de discriminação diretamente, pois o competente para fazer a denúncia seria Apolo, que é o próprio ofendido.
 - (C) deve ser rejeitada, a princípio, uma vez que foi feita por meio eletrônico, o que não é aceito pela Lei, devendo o interessado ser intimado a protocolar a denúncia por meio físico.
 - (D) será recebida, e a Secretaria deve autuá-la e remetê-la ao Poder Judiciário, para que seja instaurado o competente processo judicial cabível e o ofensor seja devidamente punido.
 - (E) deve ser encaminhada ao Ministério Público para instauração do competente inquérito civil público, destinado à apuração dos fatos e à respectiva punição do ofensor.

46. Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, a velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito. Onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima permitida nas vias urbanas de trânsito rápido será de
- (A) sessenta quilômetros por hora.
 - (B) cinquenta quilômetros por hora.
 - (C) setenta quilômetros por hora.
 - (D) cem quilômetros por hora.
 - (E) oitenta quilômetros por hora.
47. Nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, nas vias internas pertencentes aos condomínios, constituídos por unidades autônomas, a sinalização
- (A) está sujeita às mesmas regras e penalidades aplicáveis às vias públicas.
 - (B) somente será obrigatória quando houver mais de duzentos moradores.
 - (C) respectiva a ser instalada é de responsabilidade do próprio condomínio.
 - (D) precisa ser aprovada e posteriormente homologada pelo órgão estadual de trânsito.
 - (E) ficará sujeita à fiscalização da Polícia Militar ou da Guarda Municipal, onde houver.
48. Segundo o Código Tributário Nacional, o tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, é denominado
- (A) tarifa pública.
 - (B) contribuição de melhoria.
 - (C) preço público.
 - (D) taxa.
 - (E) imposto.
49. Considere que Flora é ocupante de cargo de Guarda Municipal Feminino de um Município com 90 mil habitantes, que não integra nenhuma região metropolitana. Nessa situação hipotética, a Lei Federal nº 10.826/2003 estabelece, expressamente, que Flora
- (A) não tem direito a usar arma de fogo em serviço.
 - (B) tem direito a usar arma de fogo em serviço e fora dele.
 - (C) não pode usar arma de fogo por ocupar cargo de Guarda Feminino.
 - (D) tem direito a usar arma de fogo em serviço.
 - (E) deve usar a sua arma de fogo particular quando em serviço.
50. Nos moldes da Lei Federal nº 10.826/2003, a comercialização de armas de fogo, acessórios e munições entre pessoas físicas somente será efetivada mediante autorização
- (A) do Sinarm.
 - (B) da Polícia Militar.
 - (C) da Polícia Federal.
 - (D) do Exército.
 - (E) da Guarda Municipal.

